

DIÁRIO DE BORDO

DESAFIO PARA 2023

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro) e embaixador especial da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês) para as Cooperativas

ESTAMOS A cinco meses das eleições mais importantes da história política recente do Brasil.

E, mesmo com essa proximidade, ainda não sabemos o que pretendem fazer em relação à atividade rural e ao agronegócio, se eleitos, os principais candidatos à presidência da República. No atual ambiente polarizado, seria muito bom conhecer os planos de cada um.

As entidades de representação do setor estão preparando suas propostas para inclusão no Plano Safra 2022/2023, a ser anunciado pelo Governo. Num cenário de altos custos de produção, inflação de alimentos, juros elevados e baixo crescimento da economia, a expectativa geral é de um Plano incapaz de atender os anseios naturais dos produtores rurais.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) saiu na frente com um conjunto de sugestões muito consistentes, com dez prioridades:

- Aumentar o orçamento para subvenção às operações de crédito rural para R$ 21,8 bilhões, com equalização das taxas de juros;
- Estabelecer taxas de juros abaixo de dois dígitos, de modo a permitir aos produtores rurais a contratação de financiamentos adequados;
- Determinar um orçamento de R$ 2 bilhões para a subvenção do seguro rural – instrumento de política pública criado em 2003 e que teve uma grande relevância no Sul do País em função da seca que afetou duramente a sua produção de soja e milho;
- Regulamentar a legislação que criou o Fundo de Catástrofe (Lei Complementar nº 137/10), essencial para auxiliar o bom funcionamento do seguro;
- Aumentar a exigibilidade dos recursos do depósito à vista dos bancos para 30%, a da poupança rural para 64% e a das Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) para 59%, ampliando, assim, os recursos obrigatórios do crédito rural;
- Na mesma linha, reduzir o percentual do recolhimento compulsório sobre os depósitos de poupança, o que disponibilizaria mais recursos ao setor;
- Ajustar a regulação prudencial atual sobre a carteira de crédito agropecuário, considerando as suas características para o nosso mercado;
- Adequar os percentuais de custos administrativos e tributários (CATs) recebidos pelas instituições financeiras, o que aumentaria o volume de recursos equalizados aos agricultores;
- Modernizar a análise de risco dos produtores, beneficiando aqueles que adotem ferramentas adequadas de gestão de risco;
- Priorizar as linhas de investimento Pronaf, Pronamp, Proirriga, PCA, Inovagro, ABC, como já ocorreu nos dois últimos Planos Safra.

Todos esses pontos estão alinhando as dificuldades existentes e apontadas às demandas legítimas da classe rural brasileira, sobre a qual se coloca um desafio adicional aos convencionais, que é contribuir para uma grande colheita de alimentos no começo de 2023, para ajudar a mitigar a ameaça à segurança alimentar global e reduzir a inflação de alimentos.

Essa safra recorde, por sua vez, terá um impacto positivo sobre toda a sociedade brasileira, com um maior crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, um aumento da produtividade do trabalho e da terra, mais exportações e uma melhoria no nível de empregos e no consumo das famílias.

É o agro contribuindo, como sempre fez, com o bem-estar de toda a população. ■

"As entidades de representação do setor estão preparando suas propostas para inclusão no Plano Safra 2022/2023..."